

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.608.592 - ES (2016/0163075-8)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : INSTITUTO ESTADUAL DE PROTECAO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON-ES
PROCURADOR : HARLEN MARCELO PEREIRA DE SOUZA E OUTRO(S) - ES016261
RECORRIDO : FARMÁCIA ALQUIMIA LTDA
ADVOGADOS : CARLOS AUGUSTO DA MOTTA LEAL - ES005875
LEONARDO LAGE DA MOTTA E OUTRO(S) - ES007722
LUIZ ALBERTO MUSSO LEAL NETO - ES018793

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Instituto Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon/ES, com amparo nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da CF/1988, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo assim ementado (e-STJ, fl. 238):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. MULTA PROCON. COBRANÇA DIFERENCIADA ENTRE DINHEIRO OU CARTÃO DE DÉBITO E CARTÃO DE CRÉDITO. VEDAÇÃO QUE CAUSA ONEROSIDADE AOS CONSUMIDORES. INEXISTÊNCIA DE LEI. INOCORRÊNCIA DE ABUSIVIDADE. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

1. "É possível a cobrança diferenciada para o pagamento com cartão de crédito, uma vez que, nos termos da jurisprudência do STJ, não havendo vedação legal tal prática não pode ser considerada abusiva" EREsp 1181256/AL, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, CORTE ESPECIAL, julgado em 02/05/2012, DJe 31/08/2012.

2. Retirar-se daqueles consumidores, cuja intenção não era a utilização de cartão de crédito, a possibilidade de obter o desconto oferecido quando o pagamento se dá por meio de dinheiro ou cartão de débito, se mostra bastante injusto e os onera de maneira obrigatória por serem igualados àqueles que utilizam o cartão de crédito.

3. No caso em tela, se a apelante não aplicar o desconto para o pagamento em dinheiro ou cartão de débito aos consumidores que assim utilizam tais formas, ela estaria na verdade onerando todos os consumidores em aproximadamente cinco por cento, conforme o auto de constatação do Procon estadual, já que os produtos ficariam mais caros pelo fato da não diferenciação dos preços de acordo com a modalidade de pagamento.

4. É impossível aceitar a existência de abusividade na diferenciação de preços para pagamento em dinheiro ou cartão de débito e cartão de crédito (à vista), já que não havendo vedação em Lei tal prática não pode ser considerada abusiva, o que impede a aplicação da multa efetuada pelo Procon estadual no auto de infração nº 341.

Superior Tribunal de Justiça

5. Em relação à sucumbência, condeno o apelado ao pagamento dos honorários advocatícios, os quais estipulo em R\$ 1.000,00 (mil reais), tendo em vista os parâmetros do artigo 20, 4º, do CPC.

6. Recurso conhecido e provido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 267-276).

Alega a parte insurgente contrariedade aos arts. 6º, III e IV, 30, 31, 39, IV, V e X, e 51, X, do Código de Defesa do Consumidor, além de divergência jurisprudencial, aduzindo, em síntese, que é vedada a prática empresarial de estipular preços diferentes para o pagamento realizado em dinheiro, com cartão de débito e com cartão de crédito.

Apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 344-367), o recurso especial foi admitido na origem (e-STJ, fls. 369-375).

É o relatório.

Não há como acolher a tese defendida, que se fundamenta na vedação da prática empresarial de estipular preços diferentes para o pagamento realizado em dinheiro, com cartão de débito e com cartão de crédito, pois é pacificada nesta Corte a orientação de que não caracteriza prática abusiva no mercado de consumo a diferenciação entre o pagamento em dinheiro, cheque ou cartão de crédito, visto que, posteriormente, a MP 764/16 (convertida na Lei n. 13.455/2017) passou a autorizar, em seu art. 1º, a diferenciação de preços de bens e serviços ofertados ao público, levando em consideração o prazo ou a modalidade do instrumento utilizado para pagamento pelo consumidor, configurando, neste caso, atipicidade superveniente.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO. CONSUMIDOR. RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO MANEJADO POR DIVERSOS SINDICATOS DO RAMO VAREJISTA. PRETENSÃO DE VER RECONHECIDA A VALIDADE DE PREÇO A MAIOR PARA O CONSUMIDOR QUE PAGA COM CARTÃO DE CRÉDITO. POSSIBILIDADE. PRÁTICA HODIERNAMENTE AUTORIZADA NO ORDENAMENTO JURÍDICO. ART. 1º DA LEI N. 13.455/17. ALCANCE RETROATIVO.

1. A cobrança diferenciada de preços de bens e serviços ao público em face do pagamento mediante cartão de crédito passou a ser legalmente admitida pelo ordenamento jurídico pátrio. Logo, inexistente abusividade em tal prática comercial.

2. Antes da entrada em vigor da Lei n. 13.455/17, inexistia expressa vedação legal à prática diferenciada de preços em função da forma de pagamento utilizada pelo consumidor, por isso que não se cuida de hipótese de superveniente atipicidade da conduta, mas, ao invés, de positivação normativa com o intuito de referendar e estabilizar a prática comercial em realce.

3. A norma administrativa mais benéfica, no que deixa de sancionar determinado comportamento, é dotada de eficácia retroativa. Precedente:

Superior Tribunal de Justiça

REsp 1.153.083/MT, Rel. p/ Acórdão Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 19/11/2014).

4. Nesse norte, incensurável se revela o acórdão recorrido no passo em que, ao conceder a segurança pleiteada no presente writ preventivo, ordenou à autoridade coatora que se abstenha de impor penalidade contra as empresas integrantes das categorias econômicas representadas pelos sindicatos impetrantes, na hipótese de concessão de descontos para compras efetuadas mediante dinheiro ou cheque, sem extensão de tal vantagem às transações realizadas mediante cartão de crédito.

5. Recurso especial não provido.

(REsp 1.402.893/MG, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe 22/4/2019)

ADMINISTRATIVO - MULTA - SUNAB - AFRONTA AO ART. 11, ALÍNEA "N", DA LEI DELEGADA N. 4, DE 26.9.1962 - SÚMULA 83/STJ.

1. Discute-se no recurso especial se é possível a diferenciação dos preços para vendas à vista e a prazo no cartão de crédito, e se a SUNAB, fundamentada na Lei Delegada n. 04/62, art. 11, "n", pode multar a empresa agravada, por prática abusiva.

2. A orientação das Turmas que integram a Primeira Seção desta Corte, firmou-se no sentido de que a simples oferta de desconto nas vendas feitas com dinheiro ou cheque, em relação às efetuadas por meio de cartão de crédito, não encontra óbice legal, pela inexistência de lei que proíba essa diferenciação, e por não caracterizar abuso de poder econômico. Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1.178.360/SP, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 19/8/2010)

Portanto, como se verifica, o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior, incidindo na hipótese a Súmula 83 do STJ. De se ressaltar que não há falar em dissídio jurisprudencial quando o *decisum* impugnado acompanha a orientação jurisprudencial deste Tribunal de Justiça, como na espécie.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator